

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Pague Menos” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - no segmento do Novo Mercado, sediada na capital do Ceará, sob código de negociação PGMN3.

A Companhia e sua controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A., detentora da marca “Extrafarma”, (em conjunto “Consolidado” ou “Grupo”) têm como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, realizando suas vendas por meio de 1.270 lojas Pague Menos (1.165 em 31 de dezembro de 2021) e 376 lojas Extrafarma, distribuídas em todos os Estados da Federação. As lojas são abastecidas por 9 centros de distribuição localizados no Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Pará e Maranhão.

### Transação com a Extrafarma

Em 18 de maio de 2021, a Companhia divulgou ao mercado que celebrou contrato de compra e venda de ações com a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., sociedade controlada pela Ultrapar Participações S.A., para a aquisição de 100% do capital social da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”).

Em 22 de junho de 2022, a Superintendência-Geral do CADE aprovou a aquisição da Extrafarma de forma condicionada à celebração de Acordo em Controle de Concentrações (ACC), o qual determinou o desinvestimento de oito lojas da Extrafarma. Com a aprovação, as partes seguiram com o fechamento da transação, nos termos do ACC, tendo ocorrido, em 1º de agosto de 2022, a aquisição, pela Companhia, de 99,07% das ações da Extrafarma. As demais ações ainda estão sujeitas ao exercício direito de preferência pelos acionistas minoritários da Ultrapar Participações S.A. (antigos controladores indiretos da Extrafarma), conforme previsto nos termos do artigo 253, inciso I, da Lei nº 6.404/76.

Conforme acordado no contrato de compra e venda, o valor total de R\$ 700.000, referente ao *enterprise value*, foi ajustado pelo endividamento líquido de 31 de dezembro de 2020, data de referência da transação, resultando em um *equity value* no valor de R\$ 600.001. Em 1º de agosto de 2022, data de fechamento da transação, o *equity value* preliminar foi ajustado pela variação entre (i) o endividamento líquido e capital de giro apurados em 31 de dezembro de 2020 e o endividamento líquido e capital de giro estimados para 31 de julho de 2022, data de referência para o fechamento da transação, resultando em um *equity value* ajustado no valor de R\$ 737.752, dos quais R\$ 730.856 referem-se às 99,07% das ações da Extrafarma adquiridas pela Pague Menos. Do *equity value* ajustado, uma parcela de 50%, equivalente a R\$ 365.428, foi paga na data de fechamento.

Ainda de acordo com o contrato, o valor do *equity value* final a ser pago para a vendedora estava sujeito a um ajuste final de preço em função da apuração final das variações no capital de giro e endividamento da Extrafarma em 31 de julho de 2022. Em 13 de janeiro de 2023, foi firmado termo de ajuste final de preço de aquisição em R\$ 19.000, resultando em um valor de aquisição R\$ 718.752, dos quais R\$ 712.033 se referem às 99,07% das ações da Extrafarma adquiridas pela Pague Menos. A contraprestação remanescente, 50%, será paga em duas parcelas iguais com vencimentos em agosto de 2023 e agosto de 2024. Essas parcelas serão corrigidas pela variação positiva do CDI mais 0,5% a.a., calculada entre a data de fechamento e as datas dos respectivos pagamentos.

Informações detalhadas sobre a combinação de negócios estão divulgadas na Nota 4. Os impactos contábeis da transação estão refletidos nestas demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao tema.

## 2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE ELABORAÇÃO

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC's do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 2 de março de 2023.

### 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelo plano de remuneração baseado em ações e pelos instrumentos financeiros derivativos e efeitos da combinação de negócios, os quais foram mensurados a valor justo por meio do resultado. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e da sua controlada.

Adicionalmente, a Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as companhias abertas no Brasil. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações contábeis da Companhia e de sua controlada em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. A Companhia possui 99,07% das ações de sua controlada.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativos, passivos e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. No caso específico da Extrafarma, a Companhia passou a consolidar seus resultados a partir de 1º de agosto de 2022.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras da controlada para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo relacionados com transações entre membros do Grupo são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento da Companhia em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial.

#### Base de consolidação a partir de 1º de agosto de 2022

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

	País	Participação acionária %	
		2022	2021
<b>Controlada direta:</b>			
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”)	Brasil	99,07%	-

As práticas contábeis adotadas pela controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A controladora do Grupo é a própria Pague Menos, sediada no Brasil, onde negocia suas ações.

#### 2.4 Reapresentação dos valores correspondentes

A Administração da Companhia está reapresentando os valores correspondentes do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 e da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data em função da reclassificação dos saldos e transações de operações de risco sacado. A reclassificação tem como objetivo refletir de forma ainda mais transparente a natureza das operações de cessão de créditos da Companhia e trazer maior clareza aos usuários das demonstrações financeiras acerca dos efeitos de tais operações no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com a NBC TG 23 (R3) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e

Retificação de Erro / IAS 8 — Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e produziram os seguintes impactos no balanço patrimonial e demonstração dos fluxos de caixa em relação aos valores anteriormente apresentados:

	31/12/2021		
	Como originalmente apresentados	Ajustes	Reapresentados
<u>Balanço patrimonial</u>			
Fornecedores			
Fornecedores	1.330.499	(104.064)	1.226.435
AVP – Fornecedores	(24.007)	1.676	(22.331)
	1.306.492	(102.388)	1.204.104
Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Operações de Risco sacado	-	102.388	102.388
<u>Demonstração dos fluxos de caixa</u>			
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Fornecedores	67.251	(27.768)	39.483
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Operações de risco sacado	-	27.768	27.768

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser convertida imediatamente em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### *Ativos financeiros*

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa

contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

#### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A categoria “ativos financeiros ao custo amortizado” (instrumentos de dívida) é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor

justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras.

#### Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- ii) O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

#### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado.

#### Passivos financeiros

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e passivos de arrendamento e são classificados na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado, além de instrumentos financeiros derivativos ao valor justo pelo resultado.

##### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

##### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios da NBC TG 48 / IFRS 9 forem atendidos.

##### Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros do Grupo são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando sujeitos a juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem os empréstimos e financiamentos (incluindo as operações de risco sacado), contas a pagar a fornecedores, passivos de arrendamento e contas a pagar a partes relacionadas.

#### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para perdas de crédito esperadas. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações, com base na taxa do custo médio ponderado de capital a 10,18% a.a..

#### Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo dos estoques inclui todos os gastos para aquisição, incluindo os impostos não recuperáveis. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos custos estimados necessários para a realização da venda. Os estoques são valorizados mensalmente pelo critério do custo médio ponderado. Os saldos dos estoques são apresentados deduzidos das perdas estimadas e do ajuste a valor presente na data das transações quando aplicável. A taxa de desconto utilizada para ajustar os saldos dos estoques ao seu valor presente é a taxa do custo médio ponderado de capital (10,18% a.a).

A Administração espera que seus estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

### *Provisão para perdas de estoques*

O Grupo reconhece uma provisão para perdas dos estoques sempre que o valor realizável líquido for inferior ao valor contábil. Essa avaliação leva em consideração produtos com baixo giro, avariados e vencidos.

Adicionalmente, uma provisão para perdas com ajustes de inventário é reconhecida em função da programação de inventários em cada loja e centro de distribuição. Essa estimativa é calculada com base no percentual histórico de diferenças identificadas nos inventários físicos anteriores.

### *Descontos comerciais e negociações comerciais na compra de mercadorias*

A contraprestação variável do Grupo está substancialmente representada por acordos comerciais em que determinadas mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda do Grupo em diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar característica e natureza complexas. As principais categorias de acordos comerciais são:

- i. Descontos financeiros concedidos por laboratórios no momento da venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios: Trata-se de benefícios concedidos pelos fornecedores do Grupo ao consumidor final que tem por objetivo estabelecer um processo de fidelização do consumidor ao seu produto ou medicamento. Na maioria dos casos, a partir do momento em que o consumidor final é cadastrado no sistema do fornecedor, o consumidor final se beneficia de um desconto concedido pelo fornecedor do Grupo, pagando pela mercadoria um preço diferenciado do preço desta mesma mercadoria caso não estivesse associado a um programa de benefícios. Esse desconto ofertado pelo fornecedor ao cliente do Grupo é apurado em tempo real e reconhece, no mesmo momento da venda da mercadoria ao consumidor, um valor a receber do fornecedor, equivalente ao montante do desconto concedido. Para transações dessa natureza, o Grupo reconhece o desconto como redução do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida, um valor a receber ou redução de um passivo.
- ii. Verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio: Trata-se de programas de vendas do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de vendas do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento ao Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras do Grupo em conjunto com a área de vendas para o alinhamento com as estratégias de venda. A partir do momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, o Grupo reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida um valor a receber ou redução de um passivo.

Nos casos acima, tratam-se de diferentes formas de negociação que tem por principal objetivo a aquisição de mercadorias ao menor custo ofertado pelo fornecedor independente da forma com que foi proposta a transação de compra do produto.

### *Investimentos em coligadas*

Os investimentos do Grupo em coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. O Grupo detém 26,18% de participação na e-Pharma PBM do Brasil S.A. (26,18% em 2021). Para maiores detalhes, vide Nota 11.

### Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 12. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (impairment), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme visões de análises usadas pela Administração. Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por impairment são revisados subsequentemente para avaliar possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período em troca de contraprestação.

#### *Companhia como arrendatária*

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### *Ativos de direito de uso*

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

#### *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

#### *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto

prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

#### *Grupo como arrendadora*

O Grupo não atua em contratos de arrendamento na condição de arrendadora.

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### *Provisões*

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer

reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

#### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### Benefícios a empregados

##### *Programa de participação nos resultados*

O Grupo possui o programa de participação nos resultados que tem como principal objetivo valorizar o desempenho dos seus funcionários durante o exercício. Mensalmente são reconhecidos um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nas estimativas de alcance das metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados pela Administração. O reconhecimento no passivo é realizado no grupo de salários e encargos sociais e na demonstração do resultado ocorre nas rubricas das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas.

##### *Acordos de pagamento baseado em ações (Restricted Share Units)*

Parte dos benefícios voltados aos executivos do Grupo inclui o plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão em contrapartida do patrimônio, uma vez que o programa foi desenhado e prevê os pagamentos em ações restritas da Companhia.

O valor justo recebido na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados foi reconhecido com um correspondente aumento no patrimônio líquido, no período em que os empregados adquiriram incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

#### Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado, em valores iguais, ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. A Companhia

detém o benefício fiscal detalhado na Nota Explicativa 22.

#### Reconhecimento de receita

A NBC TG 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos: (i) Identificação de um contrato com o cliente; (ii) Determinação das obrigações de desempenho; (iii) Determinação do preço da transação; (iv) Alocação do preço da transação; e (v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em ao longo do tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

#### Vendas de mercadorias (medicamentos, perfumaria e produtos de autoatendimento)

As receitas do Grupo advêm principalmente da venda de medicamentos, produtos de perfumaria e uma série de produtos de autoatendimento (medicamentos sem necessidade de receituário médico, produtos alimentícios, cosméticos etc.) para o consumidor final. Tratando-se de uma rede varejista de medicamentos em que o consumidor geralmente se serve da mercadoria nas lojas onde preços e descontos são informados mediante consulta aos funcionários do Grupo ou obtidos nos locais onde as mercadorias estejam expostas e que a transferência de controle acontece quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas após o pagamento do valor da venda, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores.

Ainda assim, outras transações do Grupo sujeitas a avaliação segundo a NBC TG 47 / IFRS 15 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais nos quais determinadas mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda da Companhia. A receita de vendas reconhecida nas demonstrações financeiras contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações, consideram valores de venda e de recebimento de consumidores complementados por recebimentos de fornecedores.

Assim como nas operações de varejo físico, as operações realizadas via comércio eletrônico só são reconhecidas quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas (transferência de controle). Como atuamos no modelo *ship from store*, em nosso comércio eletrônico, o tempo de entrega nos pedidos é bastante reduzido.

#### Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

#### Componente significativo de financiamento

De acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15, ao determinar o preço da transação, o Grupo deve ajustar o valor prometido da contraprestação pelos efeitos do valor do dinheiro no tempo se o momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou implicitamente) fornecer ao cliente ou ao Grupo um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento

significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

### Imposto de renda e contribuição social

#### Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

#### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os créditos e as perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para

compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

#### Custo de transação na emissão de títulos

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados como redutores do patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são registrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

#### Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de mercadorias é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. A reversão do ajuste aos estoques é registrada no custo das mercadorias revendidas de acordo com a venda desses estoques e o incremento do passivo com fornecedores derivado da fruição dos prazos de pagamentos tem como contrapartida despesas financeiras.

O ajuste a valor presente das operações de venda de mercadorias tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica de receitas financeiras pela fruição de prazo dos recebíveis.

#### Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

#### Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

#### Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após essa data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### Alterações no IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual

As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Também incluem na IFRS 3, a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adote a IAS 37 (CPC 25) para determinar se

há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

#### Emenda ao IAS 16 /CPC 27 – Imobilizado: Recursos antes do uso pretendido

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Conseqüentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.

A Companhia mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 – Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de ‘testar se um ativo está funcionando adequadamente’. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

#### Emenda ao IAS 37/ NBC TG 25 – Contratos Onerosos: Custo de cumprir um contrato

Esta emenda do IAS 37 / NBC TG 25 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais alterações visam especificar que o ‘custo de cumprimento’ de um contrato compreende os ‘custos que se relacionam diretamente com o contrato’. Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato ou uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento de contratos. A Administração já avalia periodicamente seus contratos e já reconhece possíveis provisões quando identificadas, assim essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

#### Alterações no IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de ‘10%’ para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

#### Alterações no IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

#### Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### IFRS 17 – Contratos de seguro

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo.

#### Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O IASB está atualmente considerando novas alterações nos requisitos da IAS 1 sobre classificação de passivos como circulante ou não circulante, incluindo o adiamento da aplicação das alterações de janeiro de 2020. O Grupo avaliou os efeitos das alterações nas suas demonstrações financeiras e nenhum efeito seria esperado caso a norma estivesse em vigor.

#### Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata à NBC TG 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. A alteração substituiu a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração".

A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O IASB acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O IASB excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.

O Grupo avaliou o impacto das alterações nas suas demonstrações financeiras e nenhum efeito seria esperado caso a norma estivesse em vigor.

#### Alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis

As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem

razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.

As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição. O Grupo avaliou o impacto das alterações nas suas demonstrações financeiras e nenhum efeito seria esperado caso a norma estivesse em vigor.

#### Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Única Transação

As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O IASB acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:
  - Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento
  - Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo
- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada. O Grupo avaliou o impacto das alterações nas suas demonstrações financeiras e nenhum efeito seria esperado caso a norma estivesse em vigor.

#### 4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

As combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - (entrada de recursos) e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - (saída de recursos). O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - (entrada de recursos) adquirido em outputs - (saídas de recursos), e os inputs - (entradas de recursos) adquiridos incluem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - (saída de recursos).

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com a NBC TG 48 (CPC 48) na demonstração do resultado. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

##### Aquisição do controle da Extrafarma

Em 1º de agosto de 2022, após atendidas todas as condições precedentes, foi concluída a aquisição de 99,07% de participação acionária da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”).

A Extrafarma atua como uma rede de varejo farmacêutico, com 376 lojas e 4 centros de distribuição, tendo como público-alvo a classe média expandida, com sinergias relevantes com a operação da Pague Menos. Além das operações de varejo farmacêutico, a Extrafarma também realiza venda de produtos para pequenas redes de varejo farmacêutico.

A primeira parcela da contraprestação transferida foi efetivada pela Companhia em 01 de agosto de 2022 no montante de R\$ 365.428. As duas parcelas iguais remanescentes no valor de R\$173.303 serão desembolsadas pela Companhia em agosto de 2023 e agosto de 2024. Essas parcelas são corrigidas pela variação positiva do CDI mais 0,5% a.a., calculada entre a data de fechamento e as datas dos respectivos pagamentos. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da contraprestação a pagar, no montante de R\$ 183.699 e R\$ 183.699 está classificado no balanço patrimonial no grupo de contas de “Outras obrigações” nos passivos circulantes e não circulantes, respectivamente.

A aquisição da Extrafarma possui como principais motivadores econômicos e estratégicos o potencial de captura de sinergias por meio da combinação de ativos complementares, além de acelerar o plano de expansão da Companhia, reforçando sua posição de liderança nas regiões Norte e Nordeste e ampliando o alcance e escala de sua plataforma de saúde. Com a Extrafarma, a Companhia se tornará a segunda maior rede de farmácias do país e avançará na sua proposta de apoiar a população da classe média expandida com uma solução abrangente

de saúde.

Apuração do Valor Justo da Combinação de Negócios:

A aquisição dos ativos e passivos da Extrafarma foi registrada utilizando o método de aquisição, considerando o valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da aquisição. A Companhia contratou consultoria especializada para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis, com o objetivo de alocar o preço de compra (PPA - *Purchase Price Allocation*). Em função da dispersão geográfica e quantidade de lojas, em 31 de dezembro de 2022, o trabalho de avaliação do valor justo das benfeitorias em propriedades de terceiros encontra-se em andamento e é esperado que seus efeitos sejam reconhecidos em definitivo nas informações contábeis intermediárias do trimestre a findar-se em 31 de março de 2023. A Companhia, suportada pelos seus consultores, já concluiu a avaliação de marcas, carteira de clientes, imobilizado – máquinas e equipamentos, os quais estão registrados pelos seus valores justos definitivos, e está concluindo a avaliação do valor justo das benfeitorias em propriedades de terceiros, o qual está registrado pelo seu valor preliminar que representa a melhor estimativa da Administração dados os fatos e circunstâncias em 31 de dezembro de 2022.

Apuração do ganho por compra vantajosa	<u>01/08/2022</u>
<b>Ativos líquidos adquiridos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	20.125
Contas a receber de clientes	124.630
Estoques	514.313
Tributos a recuperar	269.725
Acordos comerciais	23.707
Outras contas a receber	27.676
Imobilizado	188.210
Intangível	49.447
Direito de uso	350.261
Fornecedores	(232.104)
Arrendamentos	(380.580)
Tributos a recolher	(16.075)
Obrigações sociais e trabalhistas	(67.623)
Outras contas a pagar	(9.880)
Provisão para contingências	(11.284)
<b>Ativos líquidos adquiridos [A]</b>	<b><u>850.548</u></b>
<b>Mais valia de ativos fixos e marca</b>	
Ativo indenizável	63.706
Intangível – Marca	80.594
Imobilizado – benfeitorias em imóveis de terceiros	8.343
Imobilizado – máquinas e equipamentos	4.311
Imobilizado – veículos	9.133
Imobilizado – móveis e utensílios	20.268
Imobilizado – Equipamentos de informática	699
Passivo contingente de combinação de negócios	<u>(63.706)</u>

Mais valia de ativos fixos e marca [B]	<u>123.348</u>
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo [C] = [A] + [B]	<u>973.896</u>
Participação de não controladores mensurada ao valor justo (0,93%) [D]	(9.057)
Ganho por compra vantajosa [E]	(252.806)
Total da contraprestação [F] = [C] – [D] – [E]	<u>712.033</u>

Antes de reconhecer o ganho por compra vantajosa, a Companhia procedeu a uma revisão para se certificar de que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados. Após essa revisão, a Administração concluiu que as mensurações refletem adequadamente a consideração de todas as informações disponíveis na data da aquisição e que os procedimentos e mensurações estão adequados. A apuração do ganho por compra vantajosa está relacionada à necessidade do vendedor de racionalizar seu portfólio e de concentrar seus esforços em negócios mais complementares e sinérgicos. O registro do ganho por compra vantajosa foi realizado na demonstração dos resultados na linha de “Outras receitas (despesas) operacionais”. Os efeitos fiscais no montante de R\$ 85.954 foram registrados na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos. De 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, a Extrafarma contribuiu com uma receita líquida de R\$ 860.464 e gerou um prejuízo de R\$ 66.233 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º janeiro de 2022, a Administração estima que a receita da controlada seria de R\$ 2.193.188 e o respectivo prejuízo seria de R\$ 181.789.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	51.215	54.436	61.818
Equivalentes de Caixa	<u>101.924</u>	<u>599.685</u>	<u>101.924</u>
Operações compromissadas	41.578	70.514	41.578
Certificados de depósitos bancários – CDB	5.071	487.488	5.071
Letras financeiras – LF	34.490	30.798	34.490
Aplicações automáticas	<u>20.785</u>	<u>10.885</u>	<u>20.785</u>
Total	<u>153.139</u>	<u>654.121</u>	<u>163.742</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas em instituições financeiras e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento, estando distribuídas entre CDB, com rentabilidade média 99,0% (104,6% em 2021), operações compromissadas, com rentabilidade média 94,6% (97,2% em 2021) e letras financeiras, com rentabilidade média 114,0% (114,0% em 2021). Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos do NBC TG 03 (R3) / IAS 7, foram classificadas como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>
Administradoras de cartões	450.337	508.492	472.344

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Convênios e parcerias (a)	20.358	26.476	26.780
Contas a receber – Atacado	-	-	6.565
Contas a receber intercompany (Nota 10)	41.176	-	-
Outros	1.378	86	4.957
Subtotal	513.249	535.054	510.646
(-) Ajuste a valor presente	(4.641)	(4.022)	(4.734)
(-) Perdas de créditos esperadas	(249)	(764)	(393)
	<u>508.359</u>	<u>530.268</u>	<u>505.519</u>

- a) Referem-se aos valores a receber do Governo Federal pelas vendas realizadas no Programa Farmácia Popular e saldos com empresas conveniadas. Tais convênios possuem como objetivo principal a concessão de descontos, bem como possibilitar que os clientes efetuem o pagamento das compras mediante desconto em folha de pagamento. Além disso, há valores referentes a parcerias com aplicativos de delivery.

Os saldos foram ajustados a valor presente considerando um prazo médio de recebimento entre 37 e 49 dias (45 e 58 dias em 2021) e descontados pelo custo médio ponderado de capital equivalente a 10,18% a.a.

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento, antes da provisão para perdas esperadas com créditos e do ajuste a valor presente:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
A vencer entre 1 e 30 dias	217.105	273.115	197.028
A vencer entre 31 e 60 dias	124.329	121.388	132.201
A vencer entre 61 e 90 dias	88.193	76.693	90.206
A vencer acima de 90 dias	83.028	63.033	84.211
	<u>512.655</u>	<u>534.229</u>	<u>503.646</u>
Vencidos entre 1 e 30 dias	436	628	2.445
Vencidos entre 31 e 90 dias	13	53	3.099
Vencidos acima de 90 dias	144	144	1.456
	<u>593</u>	<u>825</u>	<u>7.000</u>
	<u>513.248</u>	<u>535.054</u>	<u>510.646</u>

- a) *Movimentação das perdas esperadas com créditos:*

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Saldo inicial	(764)	(994)	(764)
Adições	(396)	(1.064)	(543)
Reversões	911	1.294	914
Saldo final	<u>(249)</u>	<u>(764)</u>	<u>(393)</u>

## 7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Mercadorias para revenda	2.364.427	1.974.467	3.052.264
Materiais para uso e consumo	12.131	6.198	15.260
(-) Perdas esperadas nos estoques	(28.428)	(23.708)	(38.365)
	<u>2.348.130</u>	<u>1.956.957</u>	<u>3.029.159</u>

### a) Movimentação das perdas esperadas nos estoques:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Saldo inicial	(23.708)	(28.892)	(23.708)
Aquisições (a)	-	-	(57.024)
Perdas (b)	-	-	47.555
Adições	(15.295)	(10.843)	(17.280)
Reversões	10.575	16.027	12.092
Saldo final	<u>(28.428)</u>	<u>(23.708)</u>	<u>(38.365)</u>

(a) Refere-se a valores advindos da combinação de negócios conforme divulgado na Nota 4.

(b) Refere-se a produtos que já haviam sido provisionados na Extrafarma em períodos anteriores à data da combinação de negócios e que foram incinerados no período.

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
ICMS (a)	480.076	424.743	711.000
IRPJ/CSLL (b)	5.628	2.927	5.628
PIS e COFINS (c)	210.980	207.262	259.103
IRRF	7.154	1.279	7.330
Outros	892	10.614	1.968
	<u>704.730</u>	<u>646.825</u>	<u>985.029</u>
Circulante	225.820	232.407	244.028
Não circulante	478.910	414.418	741.001

(a) Saldo resultante do regime normal de apuração de ICMS e saldos referente aos créditos de ICMS ST não definitivo, onde as bases fiscais presumidas foram superiores as margens efetivas. A partir de setembro de 2018, os créditos são reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente realizadas. Não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF. Os valores são compensados administrativamente após cumprimento dos requisitos definidos por cada Estado.

(b) Pagamento a maior de IRPJ e saldo negativo de CSLL na apuração do lucro real de exercício anterior.

(c) Em agosto de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão

do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante total de R\$ 214.096 dos quais R\$ 54.378, referem-se à atualização monetária. Em março de 2022, os créditos foram habilitados pela Receita Federal e estão em processo de compensação administrativa. Adicionalmente, a Companhia reconhece os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade, oriundos principalmente da aquisição de mercadorias, aquisição de serviços e insumos considerados relevantes e essenciais a comercialização dos produtos e prestação de serviços.

## 9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Prejuízo fiscal	207.824	113.789	220.526
Arrendamento mercantil	51.611	38.922	51.819
Provisão para realização dos estoques	9.665	8.061	9.665
Perdas de créditos esperadas	5.597	6.001	5.597
Provisão para redução ao valor recuperável do ágio	6.543	6.543	6.543
Provisões para riscos judiciais	5.471	7.672	5.471
Ajuste a valor presente	4.052	3.075	8.805
Participação nos lucros	3.507	3.508	3.507
Provisão para encerramento de lojas	1.662	2.204	1.662
Capitalização de juros	(12.145)	(5.909)	(12.145)
Ganho por compra vantajosa (Nota 4)	(85.954)	-	(85.954)
Outras provisões	22.349	20.152	22.349
<b>Total</b>	<b>220.182</b>	<b>204.018</b>	<b>237.845</b>

### a) Expectativa de realização

A Companhia, com base em projeções realizadas pela diretoria e aprovadas pelo Conselho de Administração, relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis e sobre o saldo de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A recuperação do valor dos impostos diferidos é revisada anualmente, ou na ocorrência de indicativos de que os saldos não serão recuperados. As estimativas estão relacionadas a capacidade da Companhia obter os resultados esperados, considerando determinados aspectos econômicos e do mercado onde atua. Os resultados podem diferir das estimativas, caso as condições projetadas não se confirmem. De acordo com as projeções realizadas, os saldos dos impostos diferidos serão recuperados no seguinte cronograma.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
2022	-	26.089	-
2023	-	16.384	-
2024	-	24.752	16.369
2025	10.215	38.949	29.917
2025 a 2029	209.967	97.844	191.559
<b>Total</b>	<b>220.182</b>	<b>204.018</b>	<b>237.845</b>

b) Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Lucro antes do IR e CSLL [A]	247.501	173.329	229.222
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]	84.150	58.932	77.935
Efeito das adições permanentes: [D]	1.359	861	1.359
Efeito das exclusões permanentes: [E]	296.401	148.096	330.071
Subvenção para investimento (Nota 22)	123.576	117.204	123.576
Juros sobre o capital próprio (Nota 19)	82.000	-	82.000
Atualização monetária de indêbitos fiscais (Nota 8)	54.378	-	54.378
Prejuízo fiscal e base negativa	96.920	26.124	64.973
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 11)	(60.473)	2.231	5.144
Custos com IPO	-	1.447	-
Outras exclusões permanentes	-	1.090	-
Lucro (prejuízo) fiscal corrente [A] + [D] - [E] = [F]	(47.540)	26.094	(99.490)
IR/CSLL no resultado [F]*34% =[G]	16.164	(8.872)	33.827
Alíquota efetiva [G]/[A]	6,5%	-5,1%	14,8%

A Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 (ITG 22) - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, concluindo como não relevantes seus efeitos até o momento.

## 10. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Natureza da operação	Controladora					
		31/12/2022			31/12/2021		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Contas a receber</b>							
Extrafarma(a)	Venda de mercadorias	41.176	-	40.156	-	-	-
	Compra de mercadorias	-	784	(749)	-	-	-
<b>Outras contas a receber</b>							
Dupar Participações S.A. (e)	Outros créditos	1	-	-	1	-	-
e-Pharma PBM do Brasil S.A (b)	Prestação de serviços	2.264	720	-	915	-	-
	Adiantamentos	29.500	-	-	-	-	-
<b>Fornecedores</b>							
Biomatika Ind. e Com. Prod. Naturais S.A. (c)	Compra de produtos	238	252	-	-	511	-
L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (d)	Frete de mercadorias	-	7.483	(111.379)	-	8.672	(105.039)
<b>Arrendamentos</b>							
Renda Participações S.A. (e)	Aluguel de imóveis	4	769	(9.778)	-	801	(9.174)

Dupar Participações S.A. (e)	Aluguel de imóveis	1	6.169	(74.456)	-	6.105	(70.645)
Prospar Participações S.A. (e)	Aluguel de imóveis	-	137	(1.677)	-	134	(1.452)
Total		73.184	16.314	(157.883)	916	16.223	(186.310)

- (a) Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A., empresa controlada, detentora da marca Extrafarma. Os saldos se referem a vendas de mercadorias da Companhia para lojas Extrafarma e a adiantamentos à Extrafarma que serão liquidados com contas a pagar por mercadorias adquiridas pela Companhia junto à Controlada.
- (b) e-Pharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde, investida da Companhia. Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. A Companhia possui influência significativa nesta investida, mas não possui controle (vide Nota 11). Desta forma, as práticas comerciais realizadas são comparáveis às praticadas por outros players de mercado.
- (c) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A., empresa pertencente aos mesmos acionistas controladores da Companhia. Tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal. O contrato entre as partes estabelece a produção de produtos com a marca Pague Menos.
- (d) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A., empresa pertencente aos mesmos acionistas controladores da Companhia. Tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral. Todos os contratos de transporte de mercadorias passam por processo de cotação e dá-se a escolha pela melhor proposta técnica (nível de serviço) e comercial. Em abril de 2021, a Companhia aprovou no âmbito de seu Conselho de Administração, contrato de prestação de serviços de transporte de mercadorias com a L'auto, com prazo de 2 (dois) anos. Os preços dos serviços são estabelecidos em percentuais tarifários sobre o valor nota fiscal de transferência de mercadorias e variam de acordo com faixas estabelecidas por Estado da Federação.
- (e) Renda Participações S.A., Dupar Participações S.A. e Prospar Participações S.A., empresas pertencentes aos mesmos acionistas controladores da Companhia. Atuam na administração de imóveis próprios e de terceiros. A Companhia é locatária de 356 imóveis dessas empresas, onde opera parte de suas lojas. Os valores dos aluguéis são calculados sobre o faturamento mensal das lojas. Já para os imóveis ocupados pela Administração e centros de distribuição, os aluguéis são definidos em montantes fixos.

#### Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores totalizou R\$ 30.917 no exercício findo em 31 dezembro de 2022 (R\$ 21.304 em 2021). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego. Adicionalmente, desde 2020, a Companhia possui instituído programa de remuneração baseado em ações, conforme divulgado na Nota 21.

#### Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações nas quais partes relacionadas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos da Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Aval/fiança e devedor solidário (Nota 15)	61.224	337.383
Pessoas físicas (acionistas)	42.525	102.182
Dupar Participações S.A.	18.699	235.201

Parte relacionada garantidora	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis (Nota 15)	52.183	52.183
Dupar Participações S.A.	52.183	52.183

## 11. INVESTIMENTOS

### Composição do saldo

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Investimento em controlada:			
<b>Extrafarma:</b>			
Valor contábil do investimento	899.223	-	-
	899.223	-	-
Investimento em coligada:			
<b>E-Pharma PBM do Brasil S.A.</b>			
Valor contábil do investimento	13.689	10.001	13.689
Ágio na aquisição de investimento (e-Pharma)	81.838	81.838	81.838
(-) Perdas por redução ao valor recuperável do ágio	(19.243)	(19.243)	(19.243)
	76.284	72.596	76.284
	975.507	72.596	76.284

### Movimentação do saldo

	Controladora				
	31/12/2021	Aquisições (a)	Resultado da equivalência patrimonial	Dividendos e JCP recebidos	31/12/2022
Extrafarma	-	964.839	(65.616)	-	899.223
e-Pharma	72.596	-	5.142	(1.454)	76.284
Total	72.596	964.839	(60.474)	(1.454)	975.507

  

	Consolidado				
	31/12/2021	Aquisições	Resultado da equivalência patrimonial	Dividendos e JCP recebidos	31/12/2022
e-Pharma	72.596	-	5.142	(1.454)	76.284
Total	72.596	-	5.142	(1.454)	76.284

(a) refere-se aos saldos iniciais advindos da aquisição da Extrafarma, incluindo as mais-valias de ativos identificadas, conforme divulgado na Nota 4.

### Informações das investidas

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu 26,21% das ações e-Pharma PBM do Brasil S.A., pelo total de R\$90.000, cujo patrimônio líquido correspondia a R\$8.162, consequentemente, foi apurado um ágio baseado na expectativa de rentabilidade futura de R\$81.838. O principal negócio da e-Pharma PBM do Brasil S.A. é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detém 26,18% (26,18% em 2021) das ações da investida.

Em 1º de agosto de 2022, a Companhia adquiriu 99,07% das ações da Imifarma produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A., conforme descrito na Nota 4.

### Investimento em controlada e coligada – informações financeiras resumidas

	Extrafarma	E-Pharma*
	31/12/2022	
Ativo circulante	1.052.607	111.786
Ativo não circulante	549.673	37.564
Passivo circulante	(511.120)	(71.638)
Passivo não circulante	(306.837)	(25.424)
Patrimônio líquido	784.323	52.288
Mais valia dos ativos líquidos adquiridos:	<u>123.348</u>	-
Marca	80.594	-
Mais valia de ativos imobilizados	42.754	-
Participação - %	99,07%	26,18%
Valor do investimento	899.223	13.689
	31/12/2022	
Demonstração do resultado		
Receita líquida	860.464	109.303
Prejuízo do exercício	(66.232)	19.649
% de participação	99,07%	26,18%
Resultado da equivalência patrimonial	(65.616)	5.144
Amortização da mais valia dos ativos líquidos adquiridos	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(65.616)	5.144

\* saldos em 30 de novembro de 2022

### Redução ao valor recuperável do ágio – e-Pharma PBM do Brasil S.A.

A Companhia avaliou, com base em 31 de dezembro de 2022, a recuperação do valor contábil do ágio remanescente originado na aquisição da e-Pharma PBM do Brasil S.A., utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pela unidade geradora de caixa cuja aquisição foi determinada por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado

para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa foi de 17,31% antes dos impostos (17,50% em 2021). As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos da investida, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa.

O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da investida, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico da investida é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores individuais beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

#### *Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso*

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

#### *Receita de vendas e despesas*

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade de 5,62% em modelo nominal (3% em 2021).

#### *Margem bruta*

A margem bruta é baseada no valor do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado.

O teste de recuperação não identificou a necessidade de reconhecimento adicional de uma nova provisão para redução no valor recuperável do ágio, além do valor já contabilizado. Um aumento na taxa de desconto antes de tributo (WACC) em 1,5p.p., levando a taxa para 18,81%, resultaria em valor recuperável de R\$ 263.360, ante avaliação do cenário base no Modelo de Fluxo de Caixa Descontado de R\$ 293.107. Uma redução de 1,5p.p. na Taxa de Crescimento Perpétuo (g) para 4,12% resultaria no valor recuperável de R\$ 273.408. No pior cenário do modelo atual, a avaliação seria de R\$ 248.459, o que não resultaria em perda adicional.

## 12. IMOBILIZADO

		Controladora						
		31/12/2022			31/12/2021			
Taxa a.a		Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	1.048.730	(463.923)	584.807	854.942	(405.596)	449.346
	Instalações	10%	108.254	(58.288)	49.966	106.492	(48.696)	57.796
	Máquinas e equipamentos	10%	122.202	(75.154)	47.048	108.414	(65.925)	42.489
	Móveis e utensílios	10%	155.525	(65.514)	90.011	120.681	(52.893)	67.788
	Equipamentos de informática	20%	72.248	(55.815)	16.433	65.797	(51.220)	14.577
	Obras em andamento	-	45.995	-	45.995	39.620	-	39.620
	Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	133	-	133

Provisão para encerramento de lojas	(4.889)	-	(4.889)	(16.383)	10.245	(6.138)
	<u>1.548.065</u>	<u>(718.694)</u>	<u>829.371</u>	<u>1.279.696</u>	<u>(614.085)</u>	<u>665.611</u>

(i) A depreciação das benfeitorias é calculada de acordo o prazo de cada contrato de aluguel, que varia entre 5 e 25 anos, chegando-se numa média de taxa de depreciação de 8,6% a.a.

	Consolidado			
	31/12/2022			
	Taxa a.a.	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	1.324.260	(645.963)	678.297
Instalações	10%	108.254	(58.288)	49.966
Máquinas e equipamentos	10%	157.350	(95.159)	62.191
Móveis e utensílios	10%	272.167	(130.599)	141.568
Veículos	20%	13.005	(8.364)	4.641
Equipamentos de informática	20%	131.139	(107.339)	23.800
Mais-valia de imobilizado (i)	-	42.754	-	42.754
Obras em andamento	-	46.510	-	46.510
Provisão para encerramento de lojas	-	(4.889)	-	(4.889)
Total		<u>2.090.550</u>	<u>(1.045.712)</u>	<u>1.044.838</u>

(i) Refere-se a mais valia identificada em ativos adquiridos em combinação de negócios, conforme divulgado na nota 4.

#### a) Movimentação no exercício de 2022

	Controladora					
	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências (i)	31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	449.346	174.244	(1.932)	(59.065)	22.214	584.807
Instalações	57.796	1.964	(345)	(9.657)	208	49.966
Máquinas e equipamentos	42.489	13.384	(76)	(9.306)	557	47.048
Móveis e utensílios	67.788	30.002	(200)	(12.691)	5.112	90.011
Equipamentos de informática	14.577	6.745	-	(4.662)	(227)	16.433
Obras em andamento	39.620	41.754	-	-	(35.379)	45.995
Adiantamentos a fornecedores	133	-	(133)	-	-	-
Provisão para encerramento de lojas	(6.138)	-	1.249	-	-	(4.889)
Total	<u>665.611</u>	<u>268.093</u>	<u>(1.437)</u>	<u>(95.381)</u>	<u>(7.515)</u>	<u>829.371</u>

(i) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

(i) Refere-se a mais valia identificada em ativos adquiridos em combinação de negócios, conforme divulgado na nota 4.

(ii) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

	Consolidado						
	31/12/2021	Aquisições	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências (ii)	31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	449.346	104.453	177.282	(5.569)	(69.426)	22.211	678.297
Instalações	57.796	-	1.964	(345)	(9.657)	208	49.966
Máquinas e equipamentos	42.489	15.709	13.799	(78)	(10.285)	557	62.191
Móveis e utensílios	67.788	54.133	31.845	(786)	(16.525)	5.113	141.568
Equipamentos de informática	14.577	8.946	6.811	(827)	(5.481)	(226)	23.800
Obras em andamento	39.620	-	42.268	-	-	(35.378)	46.510
Adiantamentos a fornecedores	133	-	-	(133)	-	-	-
Provisão para encerramento de lojas	(6.138)	-	-	1.249	-	-	(4.889)
Veículos	-	4.969	-	(98)	(230)	-	4.641

Mais-valia de imobilizado (i)	-	42.754	-	-	-	-	42.754
Total	665.611	230.964	273.969	(6.587)	(111.604)	(7.515)	1.044.838

b) *Movimentação no exercício de 2021*

	01/01/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	383.676	118.131	(4.609)	(50.767)	2.915	449.346
Instalações	52.107	13.887	(296)	(8.784)	882	57.796
Máquinas e equipamentos	39.873	11.332	(24)	(8.752)	60	42.489
Móveis e utensílios	54.253	22.923	(50)	(10.107)	769	67.788
Equipamentos de informática	9.345	9.492	(2)	(4.326)	68	14.577
Obras em andamento	9.051	36.109	-	-	(5.540)	39.620
Adiantamentos a fornecedores	127	-	6	-	-	133
Provisão para encerramento de lojas	(7.143)	1.005	-	-	-	(6.138)
Total	541.289	212.879	(4.975)	(82.736)	(846)	665.611

(i) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

*Provisão para encerramento de loja*

A Companhia reconheceu uma provisão para encerramento de lojas no montante de R\$ 4.888 (R\$ 6.138 em 2021). A análise considera o resultado individual das lojas e expectativa de recuperação dos investimentos. As lojas que não apresentam resultados suficientes para recuperação do investimento estão sujeitas ao reconhecimento de uma provisão para encerramento de suas operações.

### 13. INTANGÍVEL

		Controladora					
		31/12/2022			31/12/2021		
Taxa a.a.		Amortização		Saldo	Amortização		Saldo
		Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido
Marcas	(i)	4.289	-	4.289	4.289	-	4.289
Fundo de comércio	(ii)	19.658	(18.091)	1.567	19.805	(16.751)	3.054
Softwares	20%	150.218	(60.628)	89.590	94.720	(47.052)	47.668
Websites	10%	125	(75)	50	111	(61)	50
Intangível em andamento	-	6.084	-	6.084	3.494	-	3.494
Provisão para encerramento de lojas	-	-	-	-	(983)	638	(345)
Total		180.374	(78.794)	101.580	121.436	(63.226)	58.210

- Saldo referente ao custo de aquisição de marcas. Por ser um ativo intangível de vida útil indefinida, a Companhia avalia anualmente a recuperabilidade do ativo. As estimativas indicam que o valor recuperável do ativo é maior do que seu valor contábil e nenhuma perda é esperada.
- A amortização do fundo de comércio é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas o que varia entre 5 e 25 anos chegando-se numa média de taxa de amortização de 8,6%a.a.

		Consolidado		
		31/12/2022		
Taxa a.a.		Custo	Amortização	Líquido
Marcas	(i)	4.289	-	4.289
Fundo de comércio	(ii)	19.658	(18.091)	1.567
Softwares	20%	297.477	(169.857)	127.620
Websites	10%	125	(75)	50
Intangível em andamento	-	6.084	-	6.084

Mais valia de marca (iii)	-	80.594	-	80.594
		408.227	(188.023)	220.204

iii. Refere-se a mais valia de marca, identificada na combinação de negócios com a Extrafarma, conforme divulgado na Nota 4.

a) *Movimentação no exercício de 2022*

	Controladora					31/12/2022
	31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências (i)	
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	3.054	-	-	(1.487)	-	1.567
Softwares	47.668	45.242	(227)	(14.097)	11.004	89.590
Websites	50	303	(308)	-	5	50
Intangível em andamento	3.494	6.084	-	-	(3.494)	6.084
Provisão para encerramento de lojas	(345)	-	345	-	-	-
<b>Total</b>	<b>58.210</b>	<b>51.629</b>	<b>(190)</b>	<b>(15.584)</b>	<b>7.515</b>	<b>101.580</b>

(i) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

	Consolidado						31/12/2022
	31/12/2021	Aquisições	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	
		(i)				(ii)	
Marcas	4.289	-	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	3.054	-	-	-	(1.487)	-	1.567
Softwares	47.668	49.448	45.242	(227)	(25.515)	11.004	127.620
Websites	50	-	303	(308)	-	5	50
Intangível em andamento	3.494	-	6.084	-	-	(3.494)	6.084
Provisão para encerramento de lojas	(345)	-	-	345	-	-	-
Mais valia de marca	-	80.594	-	-	-	-	80.594
<b>Total</b>	<b>58.210</b>	<b>130.042</b>	<b>51.629</b>	<b>(190)</b>	<b>(27.002)</b>	<b>7.515</b>	<b>220.204</b>

(i) Ativos adquiridos na combinação de negócios com a Extrafarma, conforme divulgado na Nota 4.

(ii) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

b) *Movimentação no exercício de 2021*

	Controladora					31/12/2021
	31/12/2020	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências	
					(i)	
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	5.025	80	(28)	(2.023)	-	3.054
Softwares	20.743	26.022	(77)	(8.060)	9.040	47.668
Websites	23	19	(24)	(6)	38	50
Intangível em andamento	8.232	3.494	-	-	(8.232)	3.494
Provisão para encerramento de lojas	(447)	102	-	-	-	(345)
<b>Total</b>	<b>37.865</b>	<b>29.717</b>	<b>(129)</b>	<b>(10.089)</b>	<b>846</b>	<b>58.210</b>

(i) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

## 14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
		(reapresentado)	
Fornecedores	1.351.092	1.226.435	1.626.657
Ajuste a valor presente (i)	(31.006)	(22.331)	(36.293)
<b>Total</b>	<b>1.320.086</b>	<b>1.204.104</b>	<b>1.590.364</b>

i) Os saldos de fornecedores sofrem o efeito do ajuste a valor presente do saldo considerando um prazo médio de pagamento entre 69 e 79 dias e taxa média de captação de recursos (70 a 78 dias em 2021) equivalente a 10,18% a.a.. A contrapartida do ajuste a valor presente é contra a conta de estoques, sendo reconhecida ao resultado na conta de custo das mercadorias vendidas quando da venda. A recomposição do saldo do passivo referente aos juros pela passagem do tempo é reconhecida como despesas financeiras.

### a) Saldos por vencimento

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
		(reapresentado)	
A vencer:			
Entre 1 e 30 dias	405.510	427.453	508.789
Entre 31 e 60 dias	474.434	396.752	543.233
Entre 61 e 90 dias	205.034	142.803	247.173
Mais de 91 dias	266.114	259.427	327.462
<b>Total</b>	<b>1.351.092</b>	<b>1.226.435</b>	<b>1.626.657</b>

### b) Concentração do saldo

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
		(reapresentado)
Maior fornecedor	10%	12%
do 2º ao 25º	55%	50%
do 26º ao 50º	14%	15%
Demais fornecedores	21%	23%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

## 15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Banco	Tipo	Taxa média de juros	Controladora e Consolidado	
			31/12/2022	31/12/2021
<b>Empréstimos – em moeda nacional</b>			(Reapresentado)	
Banco do Brasil	Capital de giro	115% do CDI.	49.058	63.643
Banco do Brasil	Capital de giro	120% do CDI.	54.004	71.544
Itaú	Capital de giro	CDI + 2,50% a.a.	-	101.893
Santander	Capital de giro	CDI + 2,30% a.a.	32.997	162.595
Santander	Capital de giro	CDI + 1,69% a.a.	101.558	-
<b>Empréstimos – em moeda estrangeira</b>				
Safra (ii)	4131 – US\$	USD + 6,28% a.a.	49.203	-
			286.820	399.675
<b>Financiamentos</b>				
Banco do Brasil	FCO	4,12% a.a.	12.761	16.925
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	4,12% a.a.	12.132	24.264
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	TLP_IPCA + 2,18%	7.663	10.562
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	TLP_IPCA + 2,98%	7.947	23.906
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	10,69% a.a.	3.015	9.043
			43.518	84.700
<b>Debêntures</b>				
4ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,95%	-	200.765
5ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,51%	17.751	51.692
6ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,75%	99.560	99.065
6ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 2,20%	357.290	353.714
7ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,70%	530.539	-
			1.005.140	705.236
<b>Total de empréstimos, financiamentos e debêntures</b>			1.335.478	1.189.611
<b>Operações de Risco Sacado (i)</b>				
Banco ABC		-	36.982	31.352
BTG		-	121.755	-
Bradesco		-	82.594	72.712
			241.331	104.064
AVP - Ajuste a valor presente			(3.402)	(1.676)
<b>Total das Operações de Risco Sacado</b>			237.929	102.388
<b>Total da dívida</b>			1.573.407	1.291.999
Circulante			472.810	538.090
Não circulante			1.100.597	753.909
Instrumentos financeiros Swap Safra x US\$ (ii)			863	-
<b>Total líquido dos empréstimos, financiamentos, debêntures e risco sacado</b>			1.574.270	1.291.999

(i) Refere-se ao saldo antecipado pelos fornecedores da Companhia junto a agentes financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, essas operações estendem o prazo médio de pagamento dos valores a pagar originalmente firmados com os fornecedores em

34 dias (24 dias em 2021). A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, mediante cessão do crédito do fornecedor para os bancos, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na demonstração dos fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades de financiamento, em função da natureza de financiamento dessa transação. Os saldos são ajustados ao valor presente a uma taxa média de 10,18% (8,44% em 2021). A contrapartida do ajuste a valor presente é registrada nos estoques, sendo apropriado ao resultado financeiro de forma pro rata.

- (ii) A Companhia realizou captação em moeda estrangeira na modalidade “4131”, isenta de IOF. Com o objetivo de proteger a exposição cambial dessas operações, a Companhia contratou swap com mesmo prazo, taxa e valor.

a) *Movimentação do saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e risco sacado*

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
		(reapresentado)
Saldos iniciais	1.291.999	878.476
Captação de empréstimos e financiamentos	649.750	610.000
Operações de Risco Sacado	138.943	104.064
Juros incorridos	157.700	56.373
Amortização de principal	(531.448)	(300.801)
Amortização de juros	(123.382)	(50.763)
Variações cambiais	(1.090)	908
Ajuste a valor presente – Risco sacado	(3.402)	(1.676)
Ajuste a Valor de Mercado	-	(51)
Alterações no valor dos passivos financeiros mensurados a valor justo	863	-
Apropriação ao resultado de custos de transação	(5.663)	(4.531)
Saldos finais em 31 de dezembro	1.574.270	1.291.999

b) *Características das debêntures*

A 4ª emissão de debêntures simples foi realizada em 11 de fevereiro de 2019 no montante de R\$ 200.000 e era remunerada pela variação do CDI + 1,95% a.a. Essa operação foi liquidada em 12 de setembro de 2022. A 5ª emissão de debêntures simples foi realizada em 21 de julho de 2019 no montante de R\$ 100.000, tem vencimento para 21 de janeiro de 2023, e é remunerada pela variação do CDI + 1,51% a.a. A 6ª emissão de debêntures simples foi realizada em 5 de novembro de 2021 no montante de R\$ 450.000, sendo que a primeira série é remunerada pela variação do CDI + 1,75% a.a. e tem vencimento em 5 de novembro de 2026, e a segunda série é remunerada pela variação do CDI + 2,20% a.a. e tem vencimento em 5 de novembro de 2028. A 7ª emissão foi realizada em 15 de julho de 2022 no montante de R\$ 500.000, tem vencimento para 15 de julho de 2026 e é remunerada pela variação do CDI + 1,70% a.a.

As emissões são “não conversíveis” em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476. As debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.

c) *Cronograma de desembolso dos empréstimos, financiamentos e debêntures*

	31/12/2022	31/12/2021
01/01/2023 – 31/12/2023	-	189.542
01/01/2024 – 31/12/2024	182.249	130.340
01/01/2025 – 31/12/2025	286.757	44.686

01/01/2026 – 31/12/2028	631.591	389.341
Total	1.100.597	753.909

d) *Garantias*

	31/12/2022	31/12/2021
Aval/fiança (Partes relacionadas – Nota 10)	61.224	337.383
Alienação fiduciária de direitos creditórios	40.521	117.707
Fianças bancárias	52.831	40.831
Imóveis (Partes relacionadas – Nota 10)	52.183	52.183
	206.759	548.104

e) *Cláusulas restritivas (covenants)*

Os índices e limites financeiros são verificados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia até o pagamento integral dos valores devidos. Em 31 de dezembro de 2022, os índices estavam dentro dos limites definidos contratualmente. A Companhia também está adimplente com demais *covenants* não financeiros.

## 16. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

a) *Composição do ativo de direito de uso*

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.541.629	54.821	19.195	1.615.645	1.615.645
Aquisição (i)	-	-	-	-	350.261
Adições e remensurações	320.607	34.157	4.765	359.529	359.529
Baixas	(21.878)	(686)	(147)	(22.711)	(22.258)
Depreciação	(177.748)	(25.337)	(11.379)	(214.464)	(248.723)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.662.610	62.955	12.434	1.737.999	2.054.454

(i) Saldo referentes à aquisição da Extrafarma, combinação de negócios divulgada na Nota 4.

b) *Passivo de arrendamento*

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.650.794	58.866	20.461	1.730.121	1.730.121
Aquisição (i)	-	-	-	-	380.580
Adições e remensurações	320.607	34.157	4.765	359.529	359.554
Baixas	(25.607)	(1.218)	(127)	(26.952)	(26.977)
Juros incorridos	132.322	5.247	1.289	138.858	146.518
Pagamentos	(268.746)	(30.025)	(12.988)	(311.759)	(350.304)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.809.370	67.027	13.400	1.889.797	2.239.492
Circulante	216.863	32.136	10.327	259.326	313.299
Não circulante	1.592.507	34.891	3.073	1.630.471	1.926.193

(i) Saldo referentes à aquisição da Extrafarma, combinação de negócios divulgada na Nota 4.

c) *Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento*

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
01/01/2023 – 31/12/2023	-	208.765	-
01/01/2024 – 31/12/2024	223.434	172.589	286.347
01/01/2025 – 31/12/2025	209.291	156.214	262.660
01/01/2026 – 31/12/2026	194.381	176.588	240.287
A partir de 01/01/2027	1.003.365	793.818	1.136.899
Total	<u>1.630.471</u>	<u>1.507.974</u>	<u>1.926.193</u>

d) Crédito de PIS e COFINS potencial

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel que registrados na ocorrência de seus pagamentos. Estão apresentados abaixo o potencial desses créditos tributários. Parte dos contratos de arrendamento de imóveis não geram direito a créditos de PIS e COFINS, pois são firmados com arrendadores pessoas físicas, logo o crédito é vedado pela legislação tributária.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Contraprestação do arrendamento	2.857.072	2.300.082	3.193.211
PIS e COFINS potencial (9,25%)	194.370	138.635	209.092

e) Fluxos inflacionados e taxas nominais

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/N°02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do NBC TG 06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do NBC TG 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	Controladora			
	Fluxo real		Fluxo inflacionado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis	1.809.370	1.650.794	1.907.981	1.944.306
Equipamentos de informática	67.027	58.866	70.908	64.788
Máquinas e equipamentos	13.400	20.461	14.176	22.519
Total	<u>1.889.797</u>	<u>1.730.121</u>	<u>1.993.065</u>	<u>2.031.613</u>
	Consolidado			
	31/12/2022			
	Fluxo real	Fluxo		
Imóveis	2.159.065	2.276.734		

Equipamentos de informática	67.027	70.908
Máquinas e equipamentos	13.400	14.176
Total	<u>2.239.492</u>	<u>2.361.818</u>

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

## 17. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
ICMS	57.851	60.442	98.454
INSS/FGTS	11.136	11.038	23.232
ISS	16.442	12.149	16.532
PERT	7.642	8.513	7.642
IRPJ/CSLL	22.776	8.761	27.020
Outros	354	369	354
Total	<u>116.201</u>	<u>101.272</u>	<u>173.234</u>
Circulante	110.215	94.095	167.248
Não circulante	5.986	7.177	5.986

## 18. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

### a) Composição da conta

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Administrativas	766	517	766
Cíveis	3.349	3.207	3.802
Trabalhistas	11.674	18.596	17.460
Tributárias	302	245	5.178
Subtotal	<u>16.091</u>	<u>22.565</u>	<u>27.206</u>
Passivos contingentes assumidos em combinação de negócios	63.706	-	63.706
Total	<u>79.797</u>	<u>22.565</u>	<u>90.912</u>

As provisões para demandas judiciais cíveis são formadas por processos cujos valores individuais são pulverizados e decorrentes, principalmente, da provocação de danos morais e/ou materiais ocorridos em duas situações: relações consumeristas e ocorrência de assaltos no interior de nossas lojas.

As provisões trabalhistas são formadas por processos cujos valores individuais também são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, relativas a horas extras ou diferenças salariais e que podem impactar ajustes em outras verbas como férias, FGTS e aviso prévio.

As provisões para demandas tributárias são relativas, substancialmente, a discussões acerca de escrituração e respectiva apuração de ICMS substituição tributária relacionadas a operações realizadas no estado do Ceará.

Passivos contingentes em combinação de negócios

Saldo referente ao valor justo dos passivos contingentes existentes na data da aquisição e assumidos na combinação de negócios com a Extrafarma. Por se tratar de passivos contingentes anteriores à aquisição da Controlada, o contrato prevê que eventuais desembolsos serão indenizados pela vendedora, de forma que a Companhia possui ativo indenizável registrado no mesmo valor do saldo da provisão para passivos contingentes em combinação de negócios.

b) *Movimentação dos processos no exercício de 2022*

	Controladora				
	31/12/2021	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2022
Administrativas	517	635	(31)	(355)	766
Cíveis	3.207	964	(67)	(755)	3.349
Trabalhistas	18.596	3.185	(181)	(9.926)	11.674
Tributárias	245	286	(31)	(198)	302
Passivos contingentes em combinação de negócios (ii)	-	63.706	-	-	63.706
<b>Total</b>	<b>22.565</b>	<b>68.776</b>	<b>(310)</b>	<b>(11.234)</b>	<b>79.797</b>

	Consolidado					
	31/12/2021	Aquisições (i)	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2022
Administrativas	517	-	635	(31)	(355)	766
Cíveis	3.207	495	1.062	(149)	(813)	3.802
Trabalhistas	18.596	6.028	3.386	(181)	(10.369)	17.460
Tributárias	245	4.761	441	(31)	(238)	5.178
Passivos contingentes em combinação de negócios (ii)	-	63.706	-	-	-	63.706
<b>Total</b>	<b>22.565</b>	<b>74.990</b>	<b>5.524</b>	<b>(392)</b>	<b>(11.775)</b>	<b>90.912</b>

- (i) Refere-se aos saldos adquiridos (balanço de abertura) da Extrafarma, conforme combinação de negócios divulgada na Nota 4.
- (ii) Conforme contrato, os acionistas vendedores concordaram em indenizar a Companhia pelo limite máximo de 75% do preço de aquisição para contingências existentes até a data de fechamento. Neste sentido a Companhia constituiu provisão para passivos contingentes em combinação de negócios em contrapartida de um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, conforme acima.

c) *Movimentação dos processos no exercício de 2021*

Controladora

	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2021
Administrativas	868	453	(434)	(370)	517
Cíveis	2.819	708	(243)	(77)	3.207
Trabalhistas	23.215	5.063	(3.378)	(6.304)	18.596
Tributárias	339	238	(195)	(137)	245
<b>Total</b>	<b>27.241</b>	<b>6.462</b>	<b>(4.250)</b>	<b>(6.888)</b>	<b>22.565</b>

d) *Passivos contingentes – Risco de perda possível*

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em demandas judiciais classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R\$ 411.951 (R\$ 377.294 em 2021) por parte da Controladora, Consolidado: R\$ 475.657 dos quais R\$ 63.706 são passivos contingentes assumidos em combinação de negócios.

A natureza e estimativa estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Administrativas	9.678	638	9.678
Cíveis	3.288	2.410	12.634
Trabalhistas	48.837	42.564	56.214
Tributárias	350.148	331.682	397.131
<b>Total</b>	<b>411.951</b>	<b>377.294</b>	<b>475.657</b>

Tributárias: Referem-se a notificações, em sua maioria fiscais, de lançamentos de débito no entender da Companhia e seus assessores jurídicos, destituídas de base fática, portanto com possibilidades plenas de anulação, entre as quais descrevemos as principais:

i) Ação anulatória de débitos de ICMS (controladora)

Ação anulatória objetivando o cancelamento do auto de infração no valor de R\$ 144.083 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 139.834 em 2021), que foi lavrado para exigência de valores a título de ICMS decorrente da escrituração de créditos em valores superiores aos destacados nas notas fiscais de entrada de produtos destinados à comercialização, o que, segundo a fiscalização, teria (na opinião do fisco) ocasionado omissão de pagamento de ICMS no período compreendido entre março de 2014 a dezembro de 2018.

ii) Créditos de PIS e COFINS sobre insumos (controladora)

Auto de infração lavrado em dezembro de 2020, no valor de R\$ 132.123, exigindo valores a título de PIS e COFINS decorrentes de créditos fiscais registrados no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, relativas à despesas com bens e serviços utilizados como insumos (exemplos: serviços de limpeza, taxas de administração de cartões, fretes, entre outros), nos quais a Receita Federal, com base na interpretação restritiva do art. 3º, inc. II, das Leis 10.637/02 e 10.833/03 e em razão do fato de que a Companhia tem por atividade fim o comércio varejista, não entende como possível.

Trabalhistas: Referem-se a reclamações oriundas de verbas rescisórias que, no entender da Companhia foram totalmente quitadas no momento do desligamento, configurando-se assim, a confiança em sua não admissibilidade.

Administrativas: Referem-se a notificações advindas dos procedimentos adotados nas filiais, configurando-se na maioria dos casos como meros equívocos de interpretação da norma.

Cíveis: Referem-se à provocação de danos morais e/ou materiais, no entender do demandante, sofridos no interior de nossas lojas. Como a política de atendimento da Companhia é de total respeito ao público consumidor, entende-se que a interpretação é improcedente.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$1.241.689, do qual é deduzido o valor de R\$ 42.470 referente aos custos com emissão de ações no IPO, totalizando o montante de R\$ 1.199.219. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o valor do capital social da Companhia está representado por 443.781.062 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com a emissão de até 150.000.000 novas ações ordinárias.

### b) Reserva de capital

	31/12/2022	31/12/2021
Ágio na emissão de ações (i)	386.650	386.650
Custo na emissão de ações (ii)	(11.390)	(11.390)
Plano de ações restritas (iii)	16.288	14.146
Ações em tesouraria (Nota 19(e))	(20.993)	(20.040)
Reserva de incorporação	330	330
Total	370.885	369.696

- Conforme Acordo de Investimentos entre Companhia e a General Atlantic Brasil Investimentos S.A., foi constituída reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$397.357 sendo que em 2017 e 2018 foi efetuada uma reversão de R\$ 6.527 e R\$ 4.180, respectivamente, em virtude de indenização paga aos acionistas subscritores.
- Valor referente ao custo na emissão de novas ações de R\$ 11.390 na operação de investimento da General Atlantic Brasil Investimentos S.A. em 2015.
- Em 2020 foi aprovada a criação de um Plano de Ações Restritas cujos detalhes do plano e outorgas concedidas encontram-se divulgadas na Nota 20.

### c) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social, após a destinação da reserva de incentivos fiscais.

A Reserva de incentivo fiscal é constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para

investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na Nota 22 – Subvenções governamentais.

d) *Destinação dos lucros*

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) serão aplicados, após a destinação da reserva de incentivos fiscais, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- Uma parcela destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, observado o disposto no artigo 35 do Estatuto Social e no artigo 202 da Lei das S.A.;
- Uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; e
- O saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais e o disposto no Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a destinação do lucro líquido do exercício foi:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	263.665	164.457
(-) Reserva de incentivo fiscal	(177.349)	(164.457)
(-) Reserva legal	(4.316)	-
	<u>82.000</u>	<u>-</u>
Base de cálculo para dividendo mínimo obrigatório	82.000	-
Percentual de dividendo mínimo	25%	25%
Dividendo anual – mínimo obrigatório	20.500	-
Juros sobre o capital próprio – imputado aos dividendos mínimos	20.500	-
Juros sobre o capital próprio – excedente	61.500	-
Juros sobre o capital próprio declarados	<u>82.000</u>	<u>-</u>

Em 14 de dezembro de 2022, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 82.000, correspondendo ao valor bruto de R\$ 0,1861258851 por ação ordinária (desconsiderando-se, para fins desse cálculo, ações mantidas em tesouraria), cujo valor líquido de R\$ 69.700, está provisionado para pagamento em 31 de dezembro de 2022, correspondendo ao valor líquido

de R\$ 0,1582070023 por ação, sendo imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício corrente, nos termos do artigo 35 do estatuto social da Companhia.

Conforme Nota 22, os valores recebidos por subvenções governamentais devem ser destinados para reserva de incentivo fiscal. Caso o lucro disponível não seja suficiente para destinação integral da subvenção recebida no ano, a Companhia deverá recompor a reserva com lucros de períodos posteriores. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está destinando o montante de R\$ 53.773, referente a subvenções recebidas em períodos anteriores.

e) *Ações em tesouraria*

Em 9 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a abertura de um Programa de Recompra de até 1.100.000 ações ordinárias. Adicionalmente, em 1 de dezembro de 2021, foi aprovado um novo Programa de Recompra de até 2.000.000 ações, tendo como termo final o dia 1 de março de 2022 e em 1 de agosto de 2022 foi aprovado novo Programa de Recompra de até 5.000.000 ações, com duração de 6 meses, tendo como termo final 1 de fevereiro de 2023.

No âmbito dos Programas, a Companhia adquiriu, desde seu lançamento até a data de encerramento, o montante de 6.056.600 ações ordinárias no valor total de R\$ 43.078, ao custo médio de R\$ 7,11, das quais 3.735.620 ações permanecem em tesouraria ao custo médio de R\$ 5,62 totalizando o montante de R\$ 20.993.

## 20. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

O Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2020 e tem como objetivo permitir a outorga de ações restritas aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair e reter os diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia; (ii) conceder aos participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) desenvolver os objetos sociais da Companhia e os interesses dos acionistas. Durante a vigência do Plano de Ações Restritas, poderão ser entregues aos participantes, ações representativas de até 1,5% do capital social da Companhia. O saldo do Plano de Ações Restritas em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 16.288 (R\$ 14.146 em 2021).

Cabe ao Conselho de Administração selecionar os diretores, conselheiros independentes do Conselho de Administração, gerentes e empregados de alto nível da Companhia, em favor dos quais a Companhia outorgue uma ou mais ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e sujeitas às restrições previstas no Plano de Ações Restritas, programa e/ou no respectivo contrato de outorga.

## 21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O cálculo do resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do período atribuível aos acionistas	263.665	164.457

Quantidade ponderada de ações durante o período (lote de mil)	443.781	443.781
Resultado por ação básico e diluído - R\$	0,59	0,37

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam ações restritas ou outros instrumentos conversíveis com potencial diluidor, uma vez que as potenciais ações do Plano de Ações Restritas comentado na Nota 20, quando emitidas, as serão com a utilização de ações em tesouraria adquiridas para essa finalidade, sem que haja diluição.

## 22. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Companhia possui regimes especiais de tributação, relativos ao ICMS, concedido pelos Estados do Ceará, Goiás, Pernambuco, e Bahia, que implicam na redução de carga tributária nesses Estados, em contrapartida a diversos compromissos assumidos pela Companhia. A Companhia tem atendido sistematicamente essas exigências. A Companhia reconheceu em seu resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como redução do custo das mercadorias vendidas, o montante de R\$ 123.576 (R\$ 117.204 em 2021).

Os valores apurados de subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e devidamente destinadas, anualmente, para a reserva de incentivo fiscal.

## 23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Venda de mercadorias	8.828.201	7.871.897	9.701.116
Serviços prestados	123.296	190.976	123.501
Receita bruta	8.951.497	8.062.873	9.824.617
Impostos sobre vendas	(483.026)	(439.355)	(528.800)
Devoluções e abatimentos	(48.964)	(53.482)	(54.602)
Ajuste a valor presente	(49.991)	(41.326)	(52.140)
Deduções das vendas	(581.981)	(534.163)	(635.542)
Receita líquida	8.369.516	7.528.710	9.189.075

## 24. CUSTOS E DESPESAS

Classificados por conta:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Custo das mercadorias vendidas	(5.686.664)	(5.108.147)	(6.238.300)
Despesas com vendas	(1.997.409)	(1.777.245)	(2.257.817)
Despesas gerais e administrativas	(259.257)	(271.820)	(321.419)
Total de custos e despesas	(7.943.330)	(7.157.212)	(8.817.536)

Classificados por natureza:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Custo de aquisição de mercadorias	(5.686.664)	(5.108.147)	(6.238.300)
Despesas com pessoal	(1.246.713)	(1.093.008)	(1.407.839)
Despesas com aluguéis	(70.876)	(64.663)	(82.890)
Despesas gerais	(613.661)	(612.770)	(700.890)
Depreciação e amortização	(325.416)	(278.654)	(387.617)
Total de custos e despesas	<u>(7.943.330)</u>	<u>(7.157.212)</u>	<u>(8.817.536)</u>

## 25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Receitas financeiras			
Receitas de aplicações financeiras	28.467	14.383	28.646
Ajuste a valor justo dos instrumentos derivativos	455	8.403	455
Ajuste a valor justo de passivos financeiros	-	51	-
Ajuste a valor presente	49.372	41.087	51.427
Variação cambial	1.095	4.725	1.095
Outras receitas financeiras	1.546	10.912	1.784
Total de receita financeira	<u>80.935</u>	<u>79.561</u>	<u>83.407</u>
Despesas financeiras			
Juros provisionados	(158.024)	(53.678)	(158.024)
Juros de arrendamento	(138.886)	(120.238)	(151.893)
Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos	(1.318)	(7.422)	(1.318)
Ajuste a valor presente	(120.515)	(83.859)	(135.549)
Variação cambial	(7)	(5.638)	(7)
Outras despesas financeiras	(36.782)	(9.386)	(44.229)
Total de despesa financeira	<u>(455.532)</u>	<u>(280.221)</u>	<u>(491.020)</u>
Resultado financeiro	<u>(374.597)</u>	<u>(200.660)</u>	<u>(407.613)</u>

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Composição dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros quanto a sua avaliação inclusos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão identificados a seguir de acordo com sua mensuração:

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Mensurados ao custo amortizado		(reapresentado)	
Caixa e equivalentes de caixa	153.139	654.121	163.742
Aplicações financeiras	9.509	8.639	9.509
Contas a receber de clientes	508.359	530.268	505.519
Fornecedores	(1.320.086)	(1.204.104)	(1.590.364)
Financiamentos e empréstimos	(330.338)	(484.375)	(330.338)
Debêntures	(1.005.140)	(705.236)	(1.005.140)
Operações de risco sacado	(237.929)	(102.838)	(237.929)
Passivos de arrendamento	(1.889.797)	(1.730.121)	(2.239.492)
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos (saldo passivo de <i>Swaps</i> de moeda estrangeira)	(863)	-	(863)

## b) Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas com clientes ou contrapartes em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber com administradoras de cartões de crédito e instrumentos derivativos.

*Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos derivativos.*

A Companhia possui saldos a receber de instituições financeiras referentes a caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no montante de R\$ 162.648 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 662.760 em 2021), os quais representam sua máxima exposição de crédito (R\$ 173.251 – Consolidado). O risco de crédito junto às instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Tais recursos são pulverizados em determinadas instituições financeiras a fim de minimizar a concentração de risco e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial inadimplência da contraparte.

*Contas a receber com administradoras de cartões de crédito*

Para os saldos de contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato de que grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente garantidas pelas administradoras de cartões de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A seguir, estão demonstrados os saldos de administradoras de cartões de débito e crédito a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
A vencer			
1 a 30 dias	162.158	259.468	176.393

31 a 60 dias	116.958	109.297	121.536
61 a 90 dias	88.193	76.693	90.206
acima de 90 dias	83.028	63.034	84.209
	<u>450.337</u>	<u>508.492</u>	<u>472.344</u>

Não há saldos vencidos mantidos com administradoras de cartões de crédito.

### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses periódicos, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros ativos e passivos estão demonstradas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2022	Controladora					
	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	153.139	153.139	153.139	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 6)	508.359	508.359	508.359	-	-	-
Fornecedores (Nota 14)	(1.320.086)	(1.320.086)	(1.320.086)	-	-	-
Arrendamentos (Nota 16)	(1.889.797)	(1.889.797)	(259.326)	(223.434)	(566.834)	(840.203)
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	(330.338)	(330.338)	(174.282)	(150.601)	(5.455)	-
Debêntures (Nota 15)	(1.005.140)	(1.005.140)	(60.598)	(31.648)	(738.304)	(174.590)
Operações de risco sacado (Nota 15)	(237.939)	(237.939)	(237.939)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (Swaps)	(863)	(863)	(863)	-	-	-

  

Em 31 de dezembro de 2021	Controladora					
	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	654.121	654.121	654.121	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 6)	530.268	530.268	530.268	-	-	-
Fornecedores (Nota 14)	(1.204.104)	(1.204.104)	(1.204.104)	-	-	-
Arrendamentos (Nota 16)	(1.730.121)	(1.730.121)	(222.147)	(208.765)	(328.803)	(970.406)
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	(484.375)	(484.375)	(314.703)	(93.426)	(76.246)	-
Operações de risco sacado (Nota 15)	(102.388)	(102.388)	(102.388)	-	-	-
Debêntures (Nota 15)	(705.236)	(705.236)	(120.999)	(96.116)	(138.707)	(349.414)

	Consolidado					
	Valor	Valor	1 ano	Entre 1	Entre 2 e	Acima de

Em 31 de dezembro de 2022	contábil	Contratual	ou menos	e 2 anos	e 5 anos	5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	163.742	163.742	163.742	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 6)	505.519	505.519	505.519	-	-	-
Fornecedores (Nota 14)	(1.590.364)	(1.590.364)	(1.590.364)	-	-	-
Arrendamentos (Nota 16)	(2.239.492)	(2.239.492)	(313.299)	(286.347)	(666.109)	(973.737)
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	(330.338)	(331.338)	(175.145)	(150.601)	(5.455)	-
Debêntures (Nota 15)	(1.005.140)	(1.005.140)	(60.598)	(31.648)	(738.304)	(174.590)
Operações de risco sacado (Nota 15)	(237.929)	(237.929)	(237.929)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (Swaps)	(863)	(863)	(863)	-	-	-

### Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se principalmente às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

#### *Risco de taxa de juros*

A Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2022 (saldo contábil tendo por base o CDI de fechamento 13,65% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção da curva do CDI considerando o fechamento base de 31 de dezembro de 2022, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre dezembro de 2020 e janeiro de 2026) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

#### *Análise de sensibilidade adicional*

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 se aproximam dos valores de mercado. Os riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Com relação aos empréstimos e financiamentos e debêntures, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo ao valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, operações compromissadas e fundos de investimentos, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes. O Cenário provável considera a curva de juros atual projetada pelo Banco Central. A partir desta, foram calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), sensibilizando a elevação e queda dos indexadores. Para cada cenário foi calculada a posição líquida (receitas financeiras menos as despesas financeiras), não levando em consideração o efeito tributário. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022, projetando um ano e verificando a sensibilidade do indexador CDI em cada cenário.

### 31 de dezembro de 2022

Controladora					
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo Contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Empréstimos, financiamentos e risco sacado	Alta do CDI	(569.130)	(2.923)	(3.632)	(4.336)
Debêntures	Alta do CDI	(1.005.140)	(9.403)	(11.449)	(13.475)
Aplicações financeiras	Alta do CDI	101.924	1.547	1.933	2.320
Exposição líquida (despesa financeira)			(10.779)	(13.148)	(15.491)

Consolidado					
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Empréstimos, financiamentos e risco sacado	Alta do CDI	(569.130)	(2.923)	(3.632)	(4.336)
Debêntures	Alta do CDI	(1.005.140)	(9.403)	(11.449)	(13.475)
Aplicações financeiras	Alta do CDI	101.924	1.547	1.933	2.320
Exposição líquida (despesa financeira)			(10.779)	(13.148)	(15.491)

### 31 de dezembro de 2021

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(484.375)	(6.638)	(8.058)	(9.479)
Debêntures	Alta do CDI	(705.236)	(10.532)	(12.756)	(14.979)
Aplicações financeiras	Alta do CDI	599.685	6.162	7.702	9.243
Exposição líquida (despesa financeira)			(11.008)	(13.112)	(15.215)

### *Risco cambial*

A Companhia possui a política de contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção de operações financeiras realizadas em moeda estrangeira no montante de USD 9.430. Tais operações são realizadas com as mesmas contrapartes que concederam as operações de crédito originais e no mesmo valor nominal de forma a evitar qualquer descasamento nas posições. Em 31 de dezembro de 2022 o valor dos instrumentos financeiros derivativos era de R\$ 863.

Para mensurar o impacto estimado no resultado, decorrente dos riscos de flutuação de moeda, foi elaborada

uma análise de sensibilidade de exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio do empréstimo em moeda estrangeira considerando os três cenários abaixo. O cenário provável considera a taxa do dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2022, o cenário I e II consideram um aumento de 25% e 50%, respectivamente, na taxa de câmbio de fechamento.

31 de dezembro de 2022

Transação	Risco (Moeda)	Exposição	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Empréstimos em moeda estrangeira	Alta do US\$	49.203	-	(12.554)	(25.108)

**Gestão de capital**

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

O índice de alavancagem é como demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
	(reapresentado)		
Empréstimos, financiamentos, debêntures e risco sacado	1.573.407	1.291.999	1.573.407
Instrumentos financeiros derivativos (Swaps de moeda estrangeira)	863	-	863
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(153.139)	(654.121)	(163.742)
(-) Aplicações financeiras	(9.509)	(8.639)	(9.509)
Dívida líquida	1.411.622	629.239	1.401.019
Patrimônio líquido	2334.551	2.090.197	2.342.993
Índice de alavancagem	0,60	0,30	0,60

**Hierarquia do valor justo**

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros cujos valores foram registrados pelo valor justo e suas respectivas hierarquias.

Descrição	31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações (Nota 19)	-	-	16.288

Descrição	31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações (Nota 19)	-	-	14.146

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs

não observáveis).

### **Mensuração do valor justo**

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados.

#### *Financiamentos e empréstimos e debêntures – mensurados ao custo amortizado*

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos e debêntures atrelados à TJLP e ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2020 e 2026, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

#### *Financiamentos e empréstimos - passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um spread, o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado.

## 27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros para suas lojas, centros de distribuição e sede:

Modalidade	31/12/2022	31/12/2021
Limite Máximo de Garantia Contratada	465.000	405.000
Sublimite de Responsabilidade Civil	30.000	15.000
Sublimite de Danos Materiais	30.000	46.400
Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	30.000	15.000

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu, em 8 de fevereiro de 2023, o julgamento sobre ‘coisa julgada’ em tributos recolhidos de forma continuada, no sentido da perda de efeitos de decisões individuais transitadas em julgado quando proferido novo julgamento, em sentido diverso, em matérias tributárias. O STF rejeitou, ainda, o pedido de modulação dos efeitos da referida decisão, determinando o recolhimento de valores passados, desde que ainda não prescritos.

A Companhia avaliou os efeitos da decisão sobre processos transitados em julgado e concluiu que não há impactos sobre as demonstrações financeiras, pois não foi identificado nenhum caso em que tenha havido

modificação do entendimento pelo STF posteriormente, em controle de constitucionalidade.

#### Aumento de capital

Em 14 de dezembro de 2022, foi deliberado pelo Conselho de Administração aumento de capital, por subscrição privada, em no mínimo R\$ 52.480 e no máximo R\$ 82.000, ao preço de R\$ 3,68 por ação, representando deságio de 15% em relação aos 20 últimos pregões anteriores à data da deliberação. Tiveram direito ao JCP todos os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia ao final do pregão de 27 de janeiro de 2023 e o direito de preferência para subscrição de novas ações poderiam ser exercidos entre 30 de janeiro e 28 de fevereiro. Os procedimentos e prazos específicos para pagamento serão detalhados em comunicado ao mercado a ser oportunamente divulgado pela Companhia.